

787B.

MARCELLO CAETANO

HONRAR
O MUNICÍPIO DE LISBOA

PALAVRAS PROFERIDAS
NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
EM 13 DE JUNHO DE 1970

1. 1171

INFORMAÇÃO



MARCELLO CAETANO

HONRAR O MUNICÍPIO DE LISBOA

PALAVRAS PROFERIDAS
NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
EM 13 DE JUNHO DE 1970

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1970



L.F.V.
S.N.S.

INCORPORAÇÃO

MARCELLO CAETANO

HONRAR
O MUNICÍPIO DE LISBOA

PROPOSTA DE
NA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
EM 12 DE JUNHO DE 1974

REGISTARIA DE LISBOA DE IMPRENSA E EDITORA

1974

Senhor Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal
de Lisboa:

Senhores Vice-Presidentes:

Senhores Vereadores:

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Teve V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, a amabilidade de me ir apresentar cumprimentos pouco depois de ter tomado posse, e nesse acto quis acompanhá-lo a ilustre vereação.

É para retribuir esses cumprimentos que aqui me encontro hoje. Gostosamente o faço: porque me é grato saudar, nos próprios Paços do Concelho, os homens bons que zelam pelos problemas cada vez mais numerosos e complexos da vida administrativa da cidade, e porque assim tenho ensejo de prestar homenagem, em meu nome e em nome do Governo, ao mais importante município do País no dia da sua festa cívica.

Talvez que nem todos alcancem bem o significado desta homenagem. Vão muito esquecidas certas noções funda-

mentais da nossa vida pública. Para um grande número de pessoas, as câmaras municipais não se distinguem das repartições do Estado. E todavia elas ostentam uma autoridade própria e peculiar. Ainda que os municípios, hoje em dia, não possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de inserir-se no plano geral da acção do Estado, as instituições municipais não são o Estado: traduzem as comunidades vicinais formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos seus problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia. A tradição e a razão fizeram dos municípios, em Portugal, entidades bem diferenciadas no conjunto da administração pública e que o Governo considera, ouve e respeita.

Claro que neste mundo onde as distâncias se encurtaram prodigiosamente e as solidariedades dos homens se estreitaram a ponto tal que já ninguém pode ficar alheio aos problemas do seu semelhante, onde quer que ele esteja, ao mesmo tempo que costumes, hábitos e necessidades se uniformizam de dia para dia, num mundo destes, dizia eu, não é concebível aquela quase independência do município antigo, formado por uma povoação isolada, retraída sobre si própria e distante largas e penosas léguas do mais próximo agregado populacional.

As autonomias dos forais da Idade Média, que a cada terra conferiam um direito peculiar e faziam do reino uma federação de múltiplas e pequenas repúblicas, não têm lugar nos tempos que vão correndo, e não resistiram de

resto à centralização do poder operada a partir do século XV. Hoje, se importa interessar os cidadãos na resolução dos problemas que mais de perto lhes tocam na vida quotidiana e desconcentrar poderes para levar avante expeditamente as decisões, não é possível deixar de integrar os particularismos locais na contemplação do supremo interesse nacional nem de somar necessidades e de avaliar recursos num plano geral que permita melhor repartição de possibilidades e mais justa satisfação de carências.

Mas tudo isto, esta integração do município no conjunto nacional, não tolhe a personalidade municipal. Lisboa, por muito íntima que seja a associação que a liga ao Estado de que é capital, está desde 1179 erigida em concelho, tem o seu governo próprio na câmara que a administra, dispõe de serviços privativos, decide dentro das suas atribuições legais, exerce a sua autoridade perante a qual tantas vezes o governo da Nação não tem mais a fazer do que curvar-se.

É essa autonomia que eu aqui estou a celebrar, com o respeito devido às coisas venerandas e a expressa intenção de sublinhar a convicção de que, utilizada com saber, prudência e espírito cívico, tem papel relevante a desempenhar agora e no futuro.

As responsabilidades do governo de uma grande cidade são cada vez mais árduas. Não dispensam já administradores experientes que se lhes entreguem em tempo inteiro. Mas as próprias tradições municipais exigem que não deixem de estar junto deles os representantes da comunidade, os vereadores, para exprimirem através das inicia-

tivas, como dos comentários, dos louvores ou das críticas, na colaboração e na fiscalização, os anseios, as opiniões, as preocupações e as inquietações dos munícipes.

Honrar o Município de Lisboa — aproveitando este dia em que se comemora a figura popular do primeiro lisboeta, nascido na Lisboa cristã, que pelo seu génio ganhou nomeada universal — traduz um dever do cargo, por exprimir uma atitude do Governo em face da instituição municipal, mas que cumpro com particular alegria por ser eu próprio lisboeta pelo nascimento e pelo coração.

Filho de uma família serrana que aqui se estabeleceu, em casa de meus pais respirava-se a saudade dos montes e dos vales onde haviam sido criados e donde com pesar se haviam expatriado.

Mas eu nasci à sombra da Igreja da Graça, de cuja tradicional Irmandade do Senhor dos Passos sou irmão quase desde nascença. Fiz todos os meus estudos em escolas lisboetas, desde a primeira escola primária, a Escola n.º 4, no Campo de Santa Clara, passando pelo Liceu de Camões, até à Universidade. Rapaz, palmilhei a cidade inteira, em tempos de ruas calmas e de trânsito pacato, percorrendo mais os bairros velhos do que as avenidas novas. Vivi os sucessos do tempo, misturado na multidão, fossem os grandes incêndios, fossem os solenes festejos, as manifestações, os cortejos, os cataclismos e as revoluções. Andei no povo curioso e versátil, vibrei com as suas cóleras e os seus entusiasmos, corri os seus riscos e participei das suas exaltações. A Lisboa da minha juventude parece-me agora bem pequena e provinciana. Posso evocá-la como sendo

a minha terra, o que hoje já me parece difícil para quantos nascem na metrópole imensa pois quem é de uma grande cidade não tem a sensação de possuir uma terra natal. E mesmo assim, é aos bairros onde na infância residi — a Graça e os Anjos — que me sinto mais ligado. Bairros bem castiços, sobretudo o primeiro, tão ligado aos velhos tempos de Lisboa, próximo de S. Vicente e do Castelo, e onde hoje não passo sem que o coração se aperte de recordações e de saudades.

Esta qualidade de lisboeta evoco-a, senhor Presidente, senhores Vice-Presidentes e senhores Vereadores, tão-só para poder reforçar com os meus sentimentos pessoais as palavras de gratidão que como Chefe do Governo me merecem quantos nesta casa se têm devotado e sacrificado para que a cidade seja mais vasta, mais cómoda, mais rica e mais bela.

Pela sua condição de capital é em Lisboa que ressoam todas as grandes causas e todas as grandes aspirações nacionais. Espelho do presente, aqui se desvendam as perspectivas do futuro. Uma capital em progresso, não apenas no tamanho mas na harmonia, na segurança, na prosperidade da vida urbana, denota um País animado de espírito progressivo. Afirmou V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, que nesta era de renovação Lisboa continua presente. Não o duvido.

Não tenho dúvidas de que Lisboa quererá sempre ser pioneira de todos os movimentos de renovação e engrandecimento pátrios. Confiadamente espero, e comigo esperam todos os portugueses, que sem desrespeito de tudo quanto

ficou do passado a imprimir carácter e a tocar de encanto a nossa cidade, o município encarará e porá em prática ao ritmo célere do presente, as soluções impostas pela previsão do futuro.

Podem os administradores municipais contar sempre, para a sua acção, com o apoio e cooperação do Governo. É essa certeza que eu quero deixar aqui como última palavra deste encontro já por si bem significativo do espírito de mútuo respeito e de recíproca colaboração que nos anima.

2888

NB



EFG0000513072



S.N